

Identidade, memória e os modos de subjetivação do sujeito¹

Fabiele Stockmans De Nardi²

Ocupar o lugar de debatedora num painel dedicado a *Semântica e discurso*³ é para mim ao mesmo tempo uma honra e um desafio, já que desafiadora sempre foi a tarefa de ler esse livro em que Michel Pêcheux, num trabalho minucioso e incansável, nos coloca diante de tantas inquietações. Sem a pretensão de dar conta da totalidade das discussões que a obra de Pêcheux incita, pontuarei algumas reflexões que sempre me tocaram de um modo particular (e também particular será o tom desse texto), construindo o caminho para uma questão específica que gostaria de colocar em relação ao texto produzido, a partir da citada obra de Pêcheux, pela Profa. Ana Zandwais⁴.

Quando li pela primeira vez *Semântica e discurso*, minha inabilidade de leitora me fez por inúmeras vezes devolver esse livro à mesa de cabeceira num ato de irritada desistência: parecia impenetrável aquela obra que me havia sido entregue quase como um passaporte para a Análise de Discurso, teoria que então começava a me conquistar. O encanto de Pêcheux foi, sorte minha, mais forte que a tal inabilidade, e desde então voltei inúmeras vezes para as páginas desse livro cuja lição maior foi a proposta de um eterno repensar a própria prática. Costumo dizer que o que mais me encanta no Pêcheux de 1975 é a lucidez com que concebe o fazer científico⁵, historicamente determinado e também ele produto das relações de poder que, como seres sociais, travamos

¹ Este trabalho é resultado de uma reelaboração do texto produzido para ser apresentado durante o I SEAD, evento do qual participei como debatedora no Painel 5, em que foi discutida a obra *Les vérités de La Palice*, de Michel Pêcheux. Apesar de alguns acréscimos, decidi manter o tom e a essência do texto original.

² Mestre em Teorias do Texto e do Discurso pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora do Departamento de Letras da Universidade de Caxias do Sul.

³ PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

⁴ Refiro-me aqui ao trabalho intitulado *A forma sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação, um contraponto entre saberes e práticas*, apresentado pela Profa. Dra. Ana Zandwais (UFRGS), no I SEAD, em novembro de 2003.

⁵ Gostaria de lembrar, porque me pareceram mais adequadas do que as minhas, as palavras da Profa. Dra. Mônica Zoppi-Fontana (UNICAMP), durante a apresentação de seu trabalho nesse Painel 5, quando, ao referir-se a Michel Pêcheux, e em especial ao livro *Semântica e discurso*, diz admirar a *honestidade intelectual com que (se) expõe a (auto) crítica*, mencionando o seu apreço pela obra referida.

diariamente, afirmação que se alimenta, como bem lembrou Zandwais (2003) em seu trabalho, na convicção desse pensador de que a história da produção de conhecimentos não se pode sobrepor ou isolar da prática política. Por esses e por tantos outros ensinamentos é que *Semântica e discurso* tem para mim um significado muito especial, o qual passa pela magnífica aceitação que traz de um lugar no trabalho científico para o erro e para a lacuna, permitindo-nos ver as brechas que sempre se instauram na produção do conhecimento e exigindo do analista um eterno recolocar-se; a abertura para reformulações constantes do próprio fazer.

Cercado dessas idéias é que na citada obra, texto em que vai regar as já lançadas sementes de uma teoria do discurso, promovendo a relação entre o campo da língua e o da sociedade, Pêcheux mostra-nos, conforme já havia postulado em trabalhos anteriores, uma língua que não é exterior ao “indivíduo”, não podendo, portanto, ser vista como mais uma instituição entre outras (instituições estas entendidas também como exteriores à língua), já que para ele a língua e as instituições estão em relação direta. O que, penso, o autor reafirma com essa discussão é o fato de que há, entre um discurso e o lugar a partir do qual ele é enunciado (ou para o qual é proferido), uma relação necessária que nos impossibilita analisá-lo como se estivéssemos analisando um texto, fazendo com que tenhamos necessidade de referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção. É importante ressaltar que o filósofo não nega com isso, no entanto, a autonomia relativa da língua enquanto um sistema que responde a leis internas, o que nos mostra é apenas que esse sistema, se idêntico para, como ele mesmo diz, revolucionários e reacionários (PÊCHEUX, 1997: 91), não resulta por isso em processos discursivos igualmente idênticos, já que a língua, tomada como materialidade dos discursos, é atualizada de forma diversa em processos discursivos diferentes, pois a luta de classes a ela não é, de forma alguma, indiferente.

Essas reflexões de Pêcheux sobre a língua colocam-nos em um lugar onde a literalidade dos sentidos e a transparência do dizer não têm mais espaço, inscrevendo as questões do sentido, e com elas as do equívoco e dos

outros sentidos possíveis, no interior das discussões sobre a língua, as quais passam, necessariamente, pelas relações do sujeito com a Ideologia. O que faremos nessa breve exposição é buscar, no texto de Pêcheux, a compreensão do termo Ideologia e o caráter incompleto e movente da identidade do sujeito a partir da observação dos espaços de subjetivação que se criam na relação entre sujeito, língua e ideologia.

No capítulo III de *Semântica e discurso*, intitulado Discurso e ideologia(s), no qual a marca de plural vem, não por acaso, grafada entre parênteses, Pêcheux (1997:144) reforça o caráter contraditório de todo modo de produção cujo princípio seja a luta de classes, afirmação na qual me parece estar o centro de discussões que nos levam à heterogeneidade das formações discursivas e, conseqüentemente, ao encontro dos modos de subjetivação do sujeito. É nesse ponto que o autor começa a marcar, como ressaltou Zandwais, o quão indissociáveis são as noções de reprodução/transformação - mostrando-nos que tanto a reprodução quanto a transformação das relações de produção atravessam as práticas sociais, sendo impossível, portanto, localizá-las e analisá-las de forma estanque; é esse, também, o momento em que ele passa a delinear as fronteiras entre a Ideologia (com esse I maiúsculo), as ideologias e a forma-sujeito, trabalho que inicia desfazendo uma idéia comum que permeia as discussões nesse campo: a de que as ideologias são feitas de idéias; reafirmando, então, que são as práticas que as constituem.

Pêcheux faz, acerca dessa questão, quatro observações (1997:144) que me parecem essenciais e que aqui vou expor de forma sucinta. Diz ele que: (1) a Ideologia não é anterior à luta de classes e tampouco pode ser identificada sob a forma geral de uma “mentalidade de época” (fazendo-nos ver que os AIEs não são, portanto, a realização da ideologia em geral); (2) não se pode atribuir a cada classe uma ideologia – construindo-se, assim, uma falsa idéia de que dita ideologia funcionaria de forma homogênea, interpelando de maneira uniforme todos os indivíduos pertencentes a determinado círculo, os quais funcionariam como máquinas de uma perfeita reprodução dessa Ideologia; (3) os AIEs não são a expressão da dominação da ideologia dominante, como um produto desde sempre acabado, mas o lugar e meio de

sua realização, (e poderíamos pensar, então, nas relações de desigualdade-subordinação entre as regiões ideológicas que, conforme o autor, marcam a luta de classes), e, finalmente, (4) os AIEs, tomados como o lugar em que se dá a luta de classes, servem, *contraditoriamente*, à reprodução/transformação das relações de produção.

A partir desses pressupostos enuncia-se, então, a tese de que são as formações ideológicas a materialidade concreta do que chamamos instância ideológica, ou seja, é por elas que a Ideologia (aqui referida ao conjunto das práticas sociais, como aquilo que as atravessa e constitui), manifesta-se; pois, conforme afirma Pêcheux (1997:146), *as ideologias práticas são práticas de classes na Ideologia*. Esta não se confunde, no entanto, nem com as FIs, nem com a ideologia dominante: ela apresenta-se como uma realidade não-histórica - termo cunhado para marcar as relações de produção como relações entre homens, entre sujeitos ideológicos, os quais são parte de um sistema, a história, cuja engrenagem central é a luta de classes. Por isso diz-se que a Ideologia infiltra-se, atravessa as relações de produção, porque é eterna, porque apresenta-se como uma estrutura-funcionamento pela qual se criam a aparência de naturalidade e continuidade que damos aos processos, entre eles aquele no qual/pelo qual constituem-se sujeitos e sentidos.

As formações ideológicas, por sua vez, ao materializarem a Ideologia, formam um conjunto complexo e heterogêneo, o qual comporta posições de classes muito diversas que vão “negociando” espaços por um duplo movimento de desigualdade-subordinação (movimento esse marcado pelo contradição) entre as regiões ideológicas, onde o que ocorre não é a manutenção do idêntico e por ele a sobreposição da ideologia dominante às demais, mas antes, pela reprodução dessas relações de desigualdade-subordinação entre as regiões, a dominação de uma ideologia que se impõe na medida em que “retarda/impede” a transformação. Pêcheux pensava então na formação, por esse movimento, do que se chamou de *todo complexo com o dominante das formações ideológicas de uma formação social dada* (Idem, 147), concepção que as poucos vai perdendo terreno para a consideração de uma FD cada vez mais heterogênea, cada vez mais porosa. Resta-nos dizer,

então, que aquilo que aparece como uma evidência desse processo, ou seja, que as relações de produção tornam a reproduzir-se de modo contínuo e natural, não é mais do que um efeito ideológico, pelo qual acreditamos que tal reprodução ocorra sem que haja rupturas, como um processo livre de falhas.

Vê-se, desse modo, que há entre a Ideologia e uma ideologia específica um espaço de diferenciação: enquanto a primeira é eterna, ou seja, está para além da história, constituindo-se como a exterioridade para todas as relações humanas, a outra resulta de um processo histórico, do trabalho de sujeitos imersos na luta de classes, e como tal aparece como uma âncora de sentidos para o dizer, sentidos esses que teimam em aparecer como se estivessem postos desde sempre como tais. Percebe-se, ainda, pelo exposto acima, que as lacunas são inerentes às práticas sociais, e, conseqüentemente, que também inerentes são as falhas ao processo pelo qual indivíduos são interpelados em sujeitos, ou seja, a interpelação ideológica, pela qual os sujeitos encontram um lugar de dizer, possibilitando que sentidos sejam produzidos, é um processo que, ao envolver a identificação desse sujeito com a Formação Discursiva na qual ele se inscreve (FD que concebemos como uma matriz de sentidos), permite brechas, desvios, ou seja, permite que falhas ocorram nesse caminho da identificação, fazendo surgir graus muitos variados de (re)inscrição, por esse sujeito, em seu discurso, daquilo que lhe fornece o interdiscurso, ou seja, desse já-dito do qual se apropria por meio da forma-sujeito; essa forma de existência histórica de qualquer sujeito, esse sujeito do saber que de alguma forma é responsável pela ilusão de unidade do sujeito, imerso no esquecimento de que ele é, no entanto, determinado por esses elementos do interdiscurso dos quais se apropria.

Nessa espécie de trilha teórica que estamos percorrendo, chegamos, então, a um momento crucial: aquele do reconhecimento das diversas formas de identificação do sujeito - ao ser interpelado - com a forma-sujeito, o que passa pelo reconhecimento de que as FDs não são dotadas de uma homogeneidade que nos permita definir com precisão seus limites e de que no universo das formações discursivas não só as posições antagônicas entram em choque provocando conflitos, sendo, portanto, a contradição um fantasma que

habita toda e qualquer FD, passível de sofrer os efeitos de sobredeterminação pelos quais o mesmo, o igual é afetado pela alteridade, contradição que funciona como um princípio da historicidade do discurso. Ideologia, formação ideológica, formação social, forma-sujeito, formação discursiva, entre outras noções, compõem uma rede intrincada de formulações que nos levam a pensar o discurso, a prática discursiva como uma prática de sujeitos para sujeitos, pois, como disse Pêcheux (1997:198), *todo discurso é discurso de um sujeito*. E mais, inscrever a Ideologia e a contradição como inerentes aos processos acima descritos nos leva a pensar a constante reestruturação de seus limites e seus modos de realização, bem como a possibilidade de reajustamentos no processo de construção de uma identidade pelo sujeito.

No trabalho que desenvolvi acerca do ensino de segunda língua⁶, uma questão mostrou-se como central: aquela da tomada da palavra, ou seja, do encontro de um lugar de dizer pelo sujeito aprendiz na língua do outro. Essa formulação, que encontrei primeiro nos trabalhos de Silvana Serrani⁷, tem para mim uma estreita relação com o que sobre a Ideologia encontramos em *Semântica e discurso*, pois parte-se, para tanto, de uma língua que, conforme dissemos anteriormente ao citar Pêcheux, comporta o não-todo, o equívoco, ou seja, de uma língua da opacidade que, não mais entendida como instrumento da intencionalidade de um sujeito, apresenta-se como a matéria pela qual se concretiza o dizer; uma língua atualizada mediante processos discursivos histórica e ideologicamente situados. Além disso, é preciso ressaltar, também, o fato de que se há línguas há sujeitos que as falam, que dizem e se dizem por elas, mas que para isso precisam encontrar um lugar de dizer, ou seja, precisam identificar-se com uma forma-sujeito. Dessa identificação resulta a identidade do sujeito, produto da relação deste com a língua(gem) e, portanto, necessariamente incompleta, uma vez que a relação entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito pode dar-se, como ressaltou a Zandwais, de modos diversos,

⁶ NARDI, F. S. De. *Outros dizeres para o ensino de segunda língua: um lugar para a tomada da palavra no terreno da opacidade e do real*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

⁷ Ver, entre outros, SERRANI-INFANTE, S. Diversidade e alteridade na enunciação em línguas próximas. *Letras: Revista do Mestrado em Letras da UFSM*, jan./jun. 1997.; SERRANI-INFANTE, S. Identidade e segundas línguas: as identificações no discurso. In: SIGNORINI, I. (Org.) *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado das Letras, 1998b.

resultando, conforme nos mostrou, em modalidades de subjetivação diferenciadas.

O que defendi nos trabalhos feitos sobre o processo de ensino-aprendizagem de uma segunda língua é que o imaginário – entendido como uma forma de conhecimento que representa, para o sujeito, um saber no qual o mesmo se insere, que possibilita e determina a sua apreensão da realidade e, conseqüentemente, a sua relação com a língua - é fundamental para a construção de um lugar para o sujeito na língua do outro, já que a inserção numa segunda língua provoca modificações nas FDs fundadoras do sujeito. O sujeito precisa inscrever-se em processos identificatórios nessa outra língua e, portanto, acaba por realizar movimentos que coloquem em jogo um outro imaginário, já que a produção de sentidos não ocorre no vazio.

Esse imaginário, para mim, tem uma função de sustentação dos processos que vão da identificação para a formação da identidade, e só por um trabalho de desarranjo/rearranjo da forma-sujeito, tal qual o concebeu Zandwais (2003)⁸, essa identidade pode estar sempre em formação/transformação, possibilitando ao sujeito o encontro com outros lugares de dizer que não aquele da identificação plena com a FD na qual se inscreve, possibilitando a ele um recolocar-se que, no caso da aprendizagem de segunda língua, parece-me fundamental; sem que isso signifique, jamais, um abandono daqueles saberes que o constituíram e que, acredito, sempre farão eco em seu dizer.

Parece-me, então, que, ao falar das relações que o sujeito mantém com a forma-sujeito, caracterizando os seus modos de subjetivação, a autora acabou por oferecer-nos um caminho bastante fecundo para a compreensão dos processos de identificação pelos quais passa o sujeito no contato com uma segunda língua, um sujeito atrelado a uma identidade movente, sempre prestes a reestruturar-se, uma identidade afetada pela tensão entre a continuidade e a

⁸ No trabalho anteriormente citado a autora defende que a tomada de posição, tal como é apresentada por Pêcheux, deve ser entendida *em relação ao modo como determinados saberes passam a reconfigurar as fronteiras de uma Fd., sua posição identitária.*

descontinuidade, identidade, para mim, em constante *rearranjo*⁹. É preciso, pensar, no entanto, que se há essa dinâmica das práticas discursivas a reconfigurar-se pelos movimentos de desarranjo/rearranjo, há algo que resta, há algo que fica, há um residual que permanece, seja sendo reproduzido, seja no esquecimento a que o relegou determinada transformação. E foi então que comecei a me perguntar sobre o papel da memória nessa construção da identidade, os trabalhos da memória no encontro do sujeito com a forma-sujeito.

Essa é então a pergunta que deixo em meu trabalho: como pensar a memória em relação à formação da identidade pelo sujeito e, em especial, como pensar a memória no trabalho com o sujeito-aprendiz de uma segunda língua? Adianto, apenas, que essa inquietação para a qual ainda não dei limites muito precisos têm raízes em outro texto de Pêcheux, intitulado *Papel da memória*¹⁰, em que diz o autor:

Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação da materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999:52)

Fazendo a leitura de outros trabalhos sobre a memória, Pêcheux chega a dizer, no citado texto, que a memória viveria, no encontro com o acontecimento, a tensão entre a *regulação* e a *desregulação*: algo sedimenta-se porque se repete, porque se regulariza, mas esse algo está sempre ameaçado pelo novo, que pode sufocá-lo, que pode apagá-lo, fazendo-o *ruir*. E é a partir desse diálogo, travado especialmente com o texto de Achard¹¹, que

⁹ *As identidades estão cada vez mais sendo percebidas como precárias e mutáveis, suscetíveis à renegociação constante.* (RAJAGOPALAN, K. *Por uma lingüística crítica*. Linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003, pág. 69.)

¹⁰ PÊCHEUX, M. *Papel da memória*. In. ACHARD, P. et. al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.

¹¹ ACHARD, P. *Memória e produção discursiva do sentido*. In. ACHARD, P. et. al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999, p. 11-17.

Pêcheux pergunta-se sobre o porquê do analista não dirigir seu olhar para os *gestos de designação*, debruçando-se sobre os *procedimentos de montagem*. O que propõe é um retorno à questão da interpretação, levantando a hipótese de que estaria mais nela do que no sentido a chave para a compreensão da memória e suas tramas.

Pêcheux está aqui trabalhando com o implícito ao modo de Achard (1999:13), ou seja, com um implícito que sedimenta-se sobre um imaginário que o representaria como memorizado. Para esse autor, a memória não é responsável por fazer retornar aos discursos frases escutadas no passado, como se ela fosse a segunda via esquecida de um documento antigo, mas faz retornar, segundo o autor, *juízos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase*. Fugimos, assim, com Achard, tanto da necessidade de provar que esse implícito tenha existido como tal de forma autônoma em um discurso anterior, quanto do sujeito autônomo, aquele que, como locutor, produz a enunciação em que eu posso ver esse implícito retornando, já que, segundo ele, para analisar discursivamente os movimentos da memória, é preciso pensar a enunciação como *operações que regulam o encargo, quer dizer, a retomada e a circulação do discurso* (p. 17). Voltamos, então, à memória como espaço da legibilidade.

E foi nesse movimento dos discursos que nos pareceu Zandwais (2003) pontuou as relações do sujeito com a forma-sujeito, sempre ressaltando a natureza lacunar desses processos, pois, como diz a autora,

(...) as modalidades que relacionam os diferentes processos pelos quais passam as relações de identificação com o Sujeito Universal (as ideologias) não são evidentes, nem diretamente apreensíveis, enquanto formas de apropriação/ reprodução/ transformação de efeitos pré-construídos que dominam os sentidos de seu dizer. (ZANDWAIS, 2003)

Daí a importância para nós de, no trabalho com a construção da identidade, retornar ao que a autora chamou de *diferentes modos de “captura”* do sujeito, já que estamos, ao defrontarmo-nos com esses movimentos que

vão da relação entre o sujeito e a forma-sujeito até a construção de sua identidade, no campo da não plenitude, marca primeira de todos esses processos, os quais estariam atravessados por uma memória, nos termos de Pêcheux, distante da estabilidade e da homogeneidade. Diz o autor que a memória não é um reservatório, mas um lugar de regularizações e conflitos, de inscrições e esquecimentos, em espaço móvel como o é a identidade¹², segundo Orlandi (1990), uma construção também ela marcada pela historicidade.

BIBLIOGRAFIA

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In. ACHARD, P. et. al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999, p. 11-17.

NARDI, F. S. De. *Outros dizeres para o ensino de Segunda língua: um lugar para a tomada da palavra no terreno da opacidade e do real*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ORLANDI, E. P. *Terra à vista: discurso do confronto - velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. *Papel da memória*. In. ACHARD, P. et. al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.

ZANDWAIS, A. A forma sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação, um contraponto entre saberes e práticas, Trabalho apresentado no I Seminário de Estudos em Análise do Discurso, novembro de 2003.

¹² *Chegamos a este ponto considerando, então, que a identificação é antes de mais nada um processo que ganha vida na relação do sujeito com a linguagem, e que a identidade, como efeito desse processo, é constitutivamente incompleta, já que um novo dizer poderá ser capaz de forjar uma nova identidade. Assim, podemos dizer que quando se identifica, em nosso caso com a língua do outro, o sujeito é envolvido/agarrado pelo "objeto" com o qual se relacionava, pensando nesse momento o estar tomando para si. Como se fosse recebido por essa outra língua, passa a falar dela, a encontrá-la como um lugar a partir do qual se pode dizer.* (NARDI, 2002: 90)